

CARTILHA

REFLETINDO SOBRE AS RELAÇÕES DE GÊNERO NO SEMIÁRIDO



CARTILHA

**REFLETINDO SOBRE
AS RELAÇÕES DE
GÊNERO NO SEMIÁRIDO**



Autor(a)
Sarah Luiza de Sousa

Revisor(a)
Maria da Conceição de Souza Santos

Capa e Diagramação
Leo Magalhães

Organização
Instituto Ubiqua

Supervisão
Jessé Barbosa

Coordenação de Comunicação
Graciele Barroso

Coordenação Projeto de Gestão de Conhecimento
Eulália Teixeira de Vasconcelos

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária Larissa Andrade CRB – 3/1179

M838r Moreira, Sarah Luiza de Souza.
Refletindo sobre as relações de gênero no
semiário [livro digital]/ Sarah Luiza de Souza
Moreira. – 1. ed. – Teresina: Tiuto Comradio do
Brasil, 2021.

44 p.: il. color.: e-book

ISBN 978-65-993838-1-6

1. Feminismo 2. Sociedade Igualitária 3. Luta
Feminista 4. Trabalho no campo I. Título

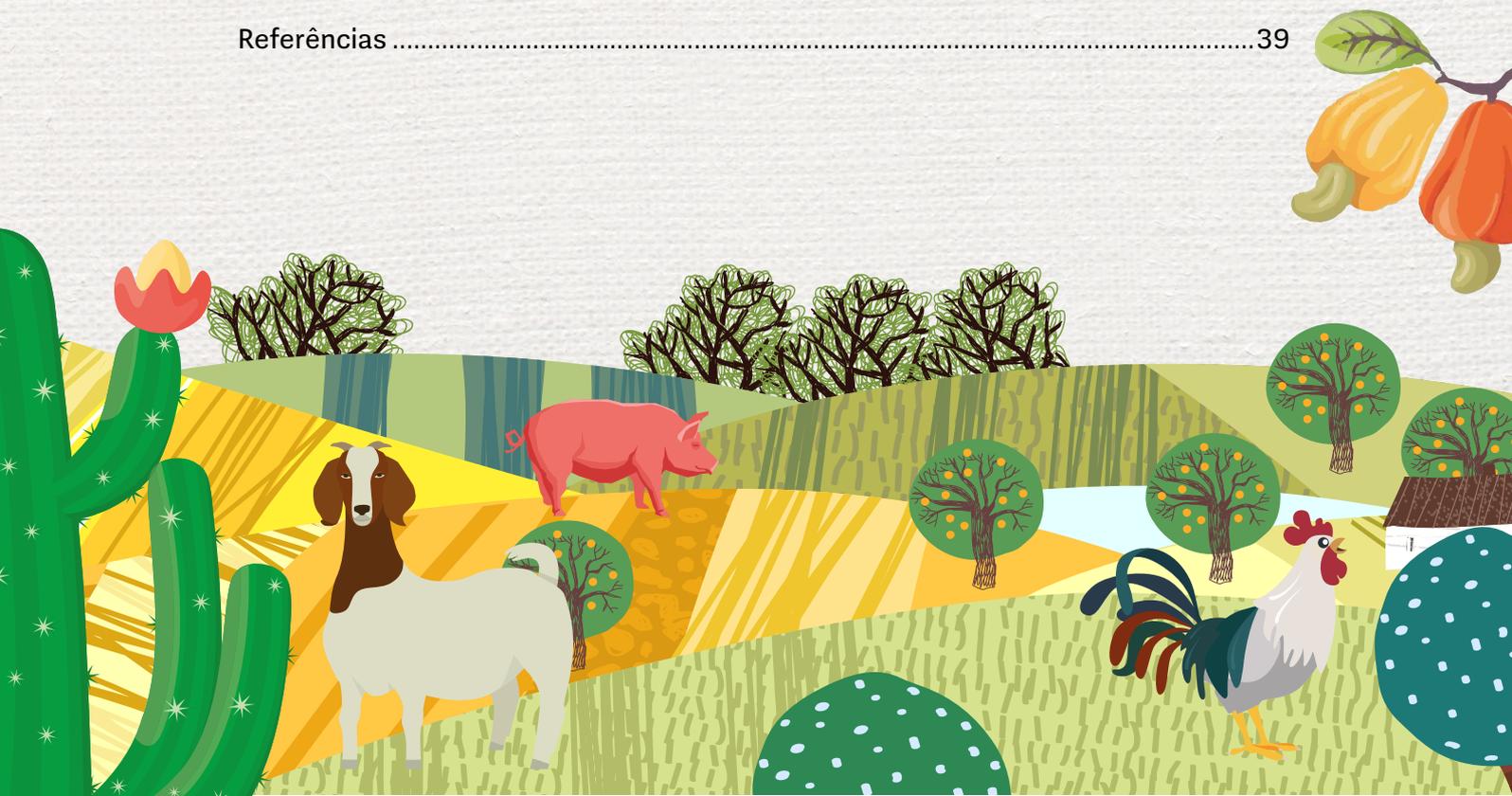
Todos os direitos reservados. De acordo com a Lei nº. 9.610, de 19/02/1998, nenhuma parte deste livro pode ser fotocopiada, gravada, reproduzida ou armazenada num sistema de recuperação de informação ou transmitida sob qualquer forma, por meio eletrônico ou mecânico, sem prévio consentimento do autor.





Sumário

Vamos pensar sobre como anda a vida das mulheres no campo?	5
Não, feminismo não é o oposto do machismo!.....	9
O feminismo busca construir uma sociedade justa e igualitária entre homens e mulheres!.....	12
E se, durante a minha vida, eu não me identificar com o gênero com o qual me definem? O que fazer?	17
E vai ser sempre assim?	22
As margaridas defendem a agroecologia e a luta feminista	26
Que tal criarmos um grupo de mulheres aí na sua comunidade?	27
Vamos valorizar o trabalho das mulheres no campo e dar visibilidade aos quintais agroecológicos?	31
Conheça a campanha pela justa divisão do trabalho doméstico.....	33
As entidades e organizações governamentais podem fazer a sua parte	34
Referências	39



PROJETO VIVA O SEMIÁRIDO – PVSA

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
Wellington Barroso de Araújo Dias
Governador

SECRETARIA DA AGRICULTURA FAMILIAR
Patrícia Vasconcelos Lima
Secretária

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL
Francisco das Chagas Ribeiro Filho
Superintendente
Coordenador Projeto Viva o Semiárido

FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA – FIDA
Claus Reiner
*Diretor País e Chefe do Centro de Conhecimento e de Cooperação Sul-Sul
e Triangular Divisão da América Latina e Caribe*

Hardi Vieira
Oficial de Programas para o País

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA- IICA
Gabriel Delgado
Representante do IICA no Brasil

PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA PCT IICA/VIVA O SEMIÁRIDO
Renato Felipe Veras de Carvalho
Supervisor

Evandro Carlos Miranda Cardoso
Coordenador de Enlace no Piauí

CARTILHA GÊNERO
Sarah Luiza de Souza Moreira
Autoria



VAMOS PENSAR SOBRE
COMO ANDA A VIDA
DAS MULHERES NO CAMPO?



Ao longo dos últimos anos, passamos por grandes mudanças. Temos visto as mulheres participando em mais espaços públicos, integrando as diretorias das associações e cooperativas, comercializando seus produtos nas feiras, tornando-se vereadoras, prefeitas, deputadas, até presidentas. Nossas avós costumam dizer que antes tudo era muito diferente... Mas será que tudo mudou mesmo? Ou há novas formas de controlar a vida das mulheres? Será que todos os avanços dos últimos anos estão se mantendo? Ou é possível retroceder?

A ideia desta cartilha é contribuir para que nós possamos pensar sobre o que são as relações de gênero, como está a vida das mulheres no campo, especialmente no semiárido, e as lutas e os caminhos para a construção de uma realidade mais justa e igualitária.

Inicialmente, é importante dizer que a realidade que as mulheres vivem hoje é diferente das vidas das nossas avós e das nossas mães, mas ainda há muita coisa para mudar. As mudanças que vemos, com as mulheres participando mais dos espaços políticos, atuando em profissões nas quais só homens trabalhavam, tendo mais liberdade de ir e vir e de dar sua opinião em diferentes espaços, foram resultado de intensas lutas, mobilizações dos movimentos feministas e de mulheres que colocaram nas ruas as denúncias das desigualdades, opressões e violências que ela viviam.

Algumas frases ficaram muito conhecidas e mostram o que foi a luta dessas mulheres:

O pessoal é político!

Meu corpo, minhas regras!

Sim, nós podemos!

A nossa luta é todo dia, somos mulheres e não mercadoria!

O machismo mata todos os dias!





Legenda: o símbolo do feminino é um círculo com uma cruz para baixo; o símbolo do masculino é um círculo com uma seta para cima.

E o que é feminismo?

Feminismo não é o oposto do machismo, como muita gente diz. Nem é um movimento em que todas as mulheres são “feias” e “odeiam homens”. Isso é preconceito, não é verdade!

Feminismo é um movimento que luta por igualdade entre homens e mulheres, que questiona as desigualdades que limitam a liberdade por meio dos “papéis” e dos trabalhos das mulheres.

Feminismo nos faz refletir que todo mundo, independentemente de gênero, deve poder fazer o que deseja para viver uma vida feliz.

Feminismo é a luta das mulheres para que todas as pessoas possam ser livres para viver suas vidas como desejam, para que todas as pessoas possam ser autônomas, fazer suas escolhas, tomar suas decisões sobre suas vidas e seus corpos, sem serem julgadas, coagidas ou agredidas por ninguém.

Como Ana de Miguel (1995, p. 217) diz, o feminismo esteve presente “sempre que as mulheres, individual ou coletivamente, se queixaram de seu injusto e amargo destino sob o patriarcado e reivindicaram uma situação diferente, uma vida melhor”.

E o que tudo isso tem a ver com machismo?

O machismo é uma visão, expressa em atitudes e opiniões, que supervaloriza os homens e desvaloriza as mulheres, que não acredita na igualdade de gênero e



que oprime e violenta, de diferentes formas, as mulheres. Na prática, definimos uma pessoa como machista quando ela afirma que existem e devem continuar existindo lugares e papéis distintos entre os gêneros, no qual cabe às mulheres apenas o lugar da casa, o cuidado dos filhos e do marido, enquanto os homens têm direito de fazer o que quiserem. Geralmente, os machistas menosprezam tudo o que está relacionado ao que é considerado feminino, seja nos aspectos sociais, físicos e intelectuais.

O machismo se expressa nas músicas, nas piadas, na tentativa de controle sobre o corpo e a vida das mulheres. Quantas vezes não ouvimos, ainda hoje, frases como:

“Lugar de mulher é com a barriga no fogão”

“Em briga de marido em mulher, ninguém mete a colher”

“Apanhou? Deve ter feito alguma coisa para merecer”

“Mulher minha não anda de roupa curta”

“Ela só ajuda o marido na roça, não trabalha, não”

O que você sente quando ouve essas frases?

O feminismo luta para que não precisemos mais ouvir frases como essas!

Não, feminismo não é o oposto do machismo!

AH, É IMPORTANTE DIZER:

Quando tratamos aqui o feminismo no singular, estamos falando de um espaço do encontro entre diferentes identidades e lutas. Mas é importante lembrar que também há diversidade de lugares que constroem a luta por uma sociedade com igualdade, liberdade, autonomia.





Temos o feminismo negro¹, em que as mulheres negras nos fazem refletir como as lutas por direitos civis, sociais e políticos, ao longo da história, contribuíram para mudar a vida das mulheres brancas, mas ainda manteve as negras em situação de submissão e de pobreza. Além da violência que sofrem por serem mulheres, elas sentem o racismo na pele. É importante entendermos que a busca por igualdade deve considerar nossas diferenças como mulheres, que as violências seguem ainda mais cruéis sobre as negras e é preciso considerar e enfrentar, de forma articulada, as opressões de raça, gênero e classe.

Nesse sentido, afirma Sueli Carneiro (2011, p. 2): “[...] um feminismo negro, construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas – como são as sociedades latino-americanas – tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades”.



O feminismo lésbico² luta pelo respeito às mulheres que amam outras mulheres e nos fazem pensar sobre como há a imposição cruel de apenas uma única forma de amar, de gostar, de se relacionar. Elas lutam para que a sociedade respeite suas vidas, seus desejos, seus corpos, que não as violentem e as discrimine por causa disso. A busca é por respeito e aceitação de seus relacionamentos e de suas famílias. É como diz a música: “Toda forma de amor vale a pena”!

Alice Echols (2003) destaca que as feministas lésbicas forçaram as feministas heterossexuais a reconhecerem a sexualidade como uma construção social e não biológica, assim como passaram a afirmar que a heterossexualidade institucionalizada é a origem da opressão das mulheres.

1 Para ler mais sobre o feminismo, buscar bell hooks (1984, 1994, 2000); Angela Davis (1998, 1999, 2016); Patricia Hill Collins (1996, 2000, 2015); Sueli Carneiro (2001, 2011); Lélia Gonzalez (1982, 1983); Luiza Bairros (1995, 2006).

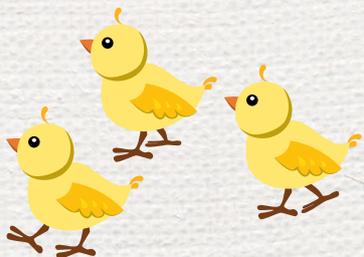
2 Para conhecer melhor do feminismo lésbico, ler as autoras Monique Wittig (2001), Adrienne Rich (1981) e Ochy Curiel (2007). Para entender a história do movimento lésbico no Brasil, buscar Irina Bacci (2016) e Marisa Fernandes (2018).

No feminismo camponês e popular³, as mulheres do campo se propõem a buscar a transformação da sociedade a partir de suas realidades, seus trabalhos, de suas experiências, tendo a construção da agroecologia e da soberania alimentar como formas de viver para a sustentabilidade da vida e da natureza. Elas acreditam que a luta contra o patriarcado e o machismo precisa ser também contra o capitalismo e o racismo.

Conforme Ísis Menezes Táboas (2018), o Feminismo Camponês Popular “[...] é o nome atribuído à construção de um projeto político essencialmente vinculado à realidade concreta e cotidiana das mulheres camponesas latino-americanas, uma prática política em constante construção que se apoia em um tripé – organização popular, formação política e luta de massas – e tem como horizonte a libertação das mulheres e do povo latino-americano” (p. 124).

O feminismo comunitário⁴, muito forte entre as mulheres indígenas, destaca a importância da conexão entre as mulheres, seus corpos, seus territórios, sendo a comunidade o lugar de identidade, de vida e de resistência, na busca por construir uma nova realidade, desde a sua cosmovisão e da percepção de sua relação com a terra para a construção do bem viver.

Juliete Paredes vê o feminismo comunitário como “[...] uma matriz alternativa para compreender um pensamento situado que parte dos corpos indígenas e que oferece uma prática política para erradicar toda forma de opressão, intimamente vinculada com a ideia de Bem Viver⁵” (PAREDES, 2015, p. 101).



3 Para ler mais sobre o feminismo camponês e popular, buscar Calaça Conte e Cinelli (2018); Seibert e Rodrigues, (2017); MMC (2021); Mezadri, Cima e Taborda (Org.) (2021).

4 Para conhecer melhor o feminismo *chicano* ou comunitário, ler Gloria Anzaldúa (2000), Julieta Paredes e Adriana Guzmán (2014), Lorena Cabnal (2010) e Maria Galindo (2013).

5 Livre tradução da autora.

O feminismo busca construir uma sociedade justa e igualitária entre homens e mulheres!



É importante dizer que essas transformações na sociedade são lentas, demoram muito tempo para acontecer, porque fazem parte de como a nossa sociedade vem se estruturando, com bases patriarcais, racistas, colonialistas. Ao mesmo tempo, as mudanças e conquistas também são instáveis, pois em momentos de avanço de pensamentos e de políticas conservadoras, que querem que as mulheres voltem para casa, que não querem que elas trabalhem fora ou participem da política, é possível retroceder rapidamente anos de conquistas de uma vida com liberdade, autonomia, justiça e sem violência. Por isso, é preciso estarmos sempre atentas, juntas e lutando cotidianamente para que mulheres e homens tenham os mesmos direitos na prática, não apenas nos discursos.



Mesmo com algumas mudanças quanto à participação das mulheres no espaço público, o que vemos é que ainda vivemos em um mundo marcado pelo machismo, onde os homens são mais valorizados e reconhecidos do que as mulheres e as decisões deles ainda se sobressaem sobre as delas, com o uso da força, da violência, da intimidação, do constrangimento e até mesmo do assassinato. Os dados de violência contra as mulheres e de feminicídio ainda hoje são altíssimos, além das diferentes formas de desigualdades sociais, como menores oportunidades e salários para as mulheres no mundo do trabalho formal.



O que é feminicídio?



Feminicídio é um termo que consiste em crime de ódio baseado no gênero, amplamente definido como o assassinato de mulheres em contexto de violência doméstica ou em aversão ao gênero da vítima – misoginia (ódio às mulheres), mas as definições variam dependendo do contexto cultural⁶.

Segundo a Lei nº13.104/2015, no artigo 1º, fica definido feminicídio como homicídio realizado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino, em que se considera que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve:

- I - violência doméstica e familiar; e
- II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher.



No Brasil, foi aprovada a Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015⁷, que qualifica o feminicídio como crime hediondo, fazendo com que assassinatos de mulheres, pelo fato de essas serem mulheres, tenham punição maior do que outros homicídios.



⁶ Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Feminic%C3%ADdio>. Acesso em: 4 ago. 2020.

⁷ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13104.htm. Acesso em: 4 ago. 2020.

Em 2019, houve alta de 12% nos feminicídios e queda de 6,7% nos homicídios dolosos de mulheres.

1.314 mulheres foram mortas pelo fato de serem mulheres – uma a cada 7 horas, em média⁸.

- O Brasil teve 3.739 homicídios dolosos de mulheres em 2019 (redução de 14% em relação ao ano anterior);
- Do total, 1.314 foram feminicídios, o maior número já registrado desde que a lei entrou em vigor, em 2015;
- Oito estados registraram alta no número de homicídios de mulheres;
- Dezesesseis estados contabilizaram mais vítimas de feminicídios de um ano para o outro;
- O Acre é o que tem o maior índice de homicídios de mulheres: 7 a cada 100 mil
- Acre e Alagoas são os estados com a maior taxa de feminicídios: 2,5 a cada 100 mil.

O patriarcado, a divisão sexual do trabalho e as desigualdades nas relações de gênero

Para que a gente possa compreender porque a realidade ainda é marcada por tantas injustiças, desigualdades e violências contra as mulheres é importante perceber que isso é reflexo da forma como as sociedades, especialmente as do mundo ocidental, se estruturam e se organizam. Mesmo percebendo que essas opressões são parte de uma rígida forma de organização social, é necessário compreender que elas foram construções históricas e que, portanto, podem ser mudadas.

⁸ Disponível em: https://g1.globo.com/monitor-da-violencia/noticia/2020/03/05/mesmo-com-queda-recorde-de-mortes-de-mulheres-brasil-tem-alta-no-numero-de-feminicidios-em-2019_gh.html. Acesso em: 4 ago. 2020.

O que é patriarcado?

O patriarcado é uma estrutura da sociedade em que os homens detêm o poder, ou seja, que o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de “dominação masculina” ou de opressão das mulheres. Antes se falava dessa dominação como “subordinação” ou “sujeição” das mulheres (DELPHY, 2009, p. 173). Há quem diga ainda que o patriarcado é “[...] um sistema de estruturas no qual o homem domina, oprime e explora a mulher” (WALBY, 1990, p. 20). Uma das formas como o patriarcado se expressa no nosso dia a dia é na divisão sexual do trabalho.

E o que é a divisão sexual do trabalho?

A divisão sexual do trabalho é uma separação entre trabalhos e papéis de homens e de mulheres, em que, geralmente, o que é feito pelos homens tem mais importância e valor para a sociedade. Mesmo sendo diferente em diferentes contextos históricos e sociais, vemos que, comumente, se destina aos homens o espaço público, a esfera “produtiva”, a rua; e, às mulheres, o espaço privado, da casa, a esfera “reprodutiva”. O espaço público é considerado mais importante e valorizado por ser um lugar em que os trabalhos são feitos pelos homens (KERGOAT, 2003, p. 55-56).





O que é gênero?

Quando se fala de gênero, a ideia é se referir a como se dão as relações desiguais entre homens e mulheres na sociedade, que se baseia nas diferenças percebidas (e criadas) entre os sexos (limitadas à ideia do que é feminino e masculino). O que é ser mulher e o que é ser homem já é definido antes mesmo de nascermos. Quando uma menina nasce, a cor das roupinhas dela é rosa, os brinquedos são bonecas e casinha. Quando um menino nasce, a cor das roupinhas é azul, os brinquedos são carrinhos, bolas. A eles é permitido brincar na rua, a elas é preferível ficar em casa por ser um lugar mais “seguro para brincar”. O que vemos é que essas são relações de poder e de estabelecimento de um lugar: a casa, para as mulheres; a rua; para os homens, onde, ainda hoje, os homens têm mais espaço de participação, acesso a recursos e conhecimentos, enquanto as mulheres ainda lutam para ter os mesmos direitos (SCOTT, 1990).

Durante o Encontro de Mulheres do Semiárido Piauiense, realizado em Teresina pelo Projeto Viva o Semiárido, essa desigualdade ainda tão presente foi expressa nas respostas dadas às seguintes perguntas: 1) Por que eu gosto de ser mulher?; 2) Por que eu não gosto de ser mulher?

Por que eu gosto de ser mulher?

Poder ser mãe;
Ter força para defender os nossos direitos;
Somos diferentes, somos múltiplas, fazemos de tudo um pouco;

Somos lutadoras;

Podemos ser independentes.

Por que eu não gosto de ser mulher?

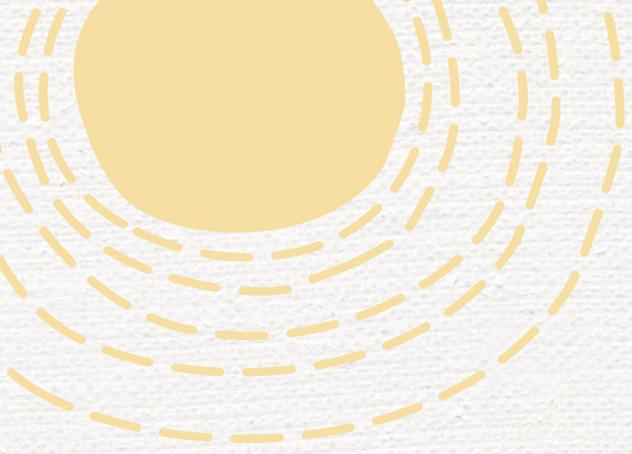
Discriminação que existe com o sexo feminino;
O salário dos homens ser mais alto do que o das mulheres;

Muitas desigualdades sociais que existem no meio;

Pouca valorização e a falta de apoio;

Trabalho desvalorizado.





E se, durante a minha vida, eu não me identificar com o gênero com o qual me definem? O que fazer?

É possível eu nascer em um corpo masculino e não me reconhecer como um homem? É possível eu nascer em um corpo feminino e não me reconhecer como uma mulher?

Sim, é possível! Há pessoas que não se identificam e elas não precisam ser julgadas por isso. Elas e eles são identificadas e identificados como pessoas transgêneras, ou, como são popularmente conhecidas, mulheres e homens transexuais. Imagina você nascer em um corpo, se olhar no espelho e não conseguir se enxergar como realmente é? É assim que elas e eles se sentem! O melhor que podemos fazer é acolher, respeitar suas escolhas e os nomes que escolheram e como gostam de ser chamados.

O que é a diversidade sexual?

Você sabe o que significa a sigla LGBTQIAP+?

L = LÉSBICA (Mulheres que gostam de mulheres)

G= GAY (homens que gostam de homens)

B= BISSEXUAL (Pessoas que gostam de mulheres e homens)

T= Transgênero e Travestis (mais conhecido como transexual e não sem identificam com o gênero com o qual nasceram)⁹

Q = QUEER (todas as orientações sexuais; tem relação com todo o coletivo de diversidades)

I = INTERSEX (Pessoas que nasceram com os órgãos feminismo e masculino)

9

Para ler mais sobre Transgêneridade e Transfeminismo, buscar NASCIMENTO, Leticia Carolina (2020).





A = ASSEXUAL (Falta de atração sexual por qualquer pessoa)

P = PANSEXUAL (Pessoas que gostam de homens e de mulheres cis¹⁰ e trans, não binárias)

+ = NÃO BINÁRIO (Pessoas que não se identificam com o gênero masculino e nem com o feminino)

Como é possível perceber, existe diversidade de pessoas, formas de se relacionar, se enxergar e de ver no mundo. O que podemos fazer é respeitar cada uma dessas identidades de gênero e as orientações sexuais. Ser feliz é sempre a melhor escolha!

Mas o que tudo isso tem a ver com a vida das mulheres do campo?

Toda essa realidade de desigualdade, opressão e violência infelizmente também está presente no campo e se expressam de diferentes formas na vida das mulheres:

- Inviabilidade do seu trabalho como agricultoras, como trabalhadoras rurais, o que gera, por exemplo, falta de autonomia para decidir o que e onde plantar, além de muitas vezes não terem acesso aos recursos da venda de sua produção;
- Dificuldade para participar de espaços públicos e políticos, porque continuam dizendo que isso não é coisa de mulher;
- geralmente não são proprietárias das terras onde vivem, mesmo tendo seu nome na titularidade conjunta da terra (uma conquista da Marcha das Margaridas), pois são vistas apenas como esposas e mães;
- a violência doméstica e familiar também é muito intensa no meio rural, e as distâncias entre as casas dificultam a busca por apoio, fazendo com que muitas vezes a comunidade nem saiba do que está acontecendo; e o fato de as comunidades ou os assentamentos serem, muitas vezes, longe das sedes dos municípios, onde há equipamentos sociais de apoio às mulheres, acaba gerando muita impunidade;
- As mulheres solteiras sofrem assédio sexual e moral porque são vistas como fáceis ou sempre disponíveis, além de considerarem que elas estão incompletas, que precisam de homem para fazer o trabalho na roça;
- As mulheres idosas vivem uma situação muito difícil por serem consideradas

¹⁰ Cisgeneridade é a condição da pessoa cuja identidade de gênero corresponde ao gênero que lhe foi atribuído no nascimento. Para entender mais, ler VERGUEIRO, Viviane (2016) e COELHO, Caia (2019)



“inúteis”, “inaptas” para o trabalho, ao mesmo tempo veem direitos, como o da aposentadoria, sendo apropriados por parte da família, muitas vezes sem sua autorização e com o uso de violência.

A realidade das mulheres jovens no campo

As jovens do campo sentem o peso de serem vistas apenas como filhas de agricultor, que devem estudar ou trabalhar nas cidades para não terem “uma vida pesada, na enxada”, como se essa não fosse uma profissão fundamental para a vida no campo e na cidade. Para elas, é ainda mais desafiador ter acesso a terra, a crédito, a assessoria técnica, pois todas as ações produtivas acabam sendo direcionadas apenas para o desejo do “chefe da família” ou do filho homem, visto como sucessor da produção familiar. Elas são consideradas frágeis para o trabalho na agricultura, no entanto, são constantemente mandadas para casas de famílias na cidade, para o trabalho doméstico, como se esse também não fosse pesado.

O que as jovens querem é ter condições de viver bem no campo, mas com condições de estudar, de ter acesso a tecnologias adaptadas às suas realidades, para aprimorar os trabalhos na produção agrícola ou não agrícola, e de se comunicar como o restante do mundo, conectando suas vidas às de outros jovens.



Foto: Jovens do Projeto Viva o Semiárido (PVSA) no Intercâmbio de Boas Práticas de Jovens do Semiárido na comunidade Lages das Aroeiras, Uauá, BA (Acervo SAF)

O que são as questões geracionais?

Questões geracionais estão vinculadas aos diferentes períodos da vida e aos sujeitos (crianças, jovens, adultos/as, idosas/os), e marcam situações de desigualdades, em que adultos são considerados/as ativos/as e tomadores/as de decisões; enquanto crianças, jovens e idosas/os são vistos como dependentes e incapazes de tomarem decisões ou de se posicionarem.

Geração é um conceito que está, então, relacionado às idades e às diferentes vivências que se tem em cada um dos períodos da vida.

O tema da sucessão geracional no campo tem sido uma grande preocupação, pois o meio rural está envelhecendo, a juventude deixando o campo para estudar e trabalhar nas cidades. É preciso dar condições de vida com qualidade no campo para que as juventudes, em toda sua diversidade, possam seguir trabalhando, produzindo alimentos saudáveis, gerando renda e vivendo bem junto aos/às seus/suas amigos/as e familiares.

A realidade das mulheres negras no campo

Além de todo o machismo vivido pelo fato de serem mulheres, as negras e quilombolas ainda sofrem o peso do racismo.



O que é discriminação racial?

“Toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto ou resultado anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício em um mesmo plano (em igualdade de condição) de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública”¹¹.

Na lei brasileira existem punições diferentes para os crimes de racismo e de injúria racial.

O que é o racismo?

Racismo consiste no preconceito e na discriminação baseados em diferenças biológicas entre os povos. Ele se expressa em ações sociais, práticas ou crenças, ou mesmo sistemas políticos e institucionais que consideram, diferenciam e classificam as diferentes raças, tratando algumas como superiores (brancos) e outras como inferiores (negras/os, indígenas) a partir de características, habilidades ou qualidades comuns herdadas. Essa concepção se traduz em prática que expressa e legitima o tratamento diferenciado, preconceituoso e violento com as raças consideradas inferiores.

¹¹ Segundo a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, tratado internacional de Direitos Humanos adotado pela Assembleia das Nações Unidas.



No Brasil, o crime de racismo se configura quando alguém se recusa ou impede o acesso de uma pessoa a estabelecimentos comerciais, bem como entradas sociais, ambientes públicos, e também quando nega um emprego.

O crime de racismo é inafiançável e imprescritível: quem o praticou pode ser punido independentemente de quando cometeu o crime.

O que é injúria racial?

Na lei brasileira, a injúria racial acontece quando a honra de alguém é ofendida usando de elementos como raça, cor, etnia, religião ou origem, estando associada ao uso de palavras com teor depreciativo e/ou ofensivo referentes à raça ou à cor.

O crime de injúria está previsto no Código Penal. A pessoa condenada deve cumprir pena de detenção de um a seis meses ou pagar multa. No entanto, se a injúria contiver elementos referentes à raça, cor, etnia, religião, origem, condição de pessoa idosa ou deficiente, a pena aumenta para reclusão de um a três anos.



Foto: Mulheres negras piauienses na Marcha das Mulheres Negras Contra o Racismo e pelo Bem Viver/Brasília 2015

As mulheres negras sentem na pele o estigma do preconceito racial. Como resultado de uma sociedade construída a partir da escravidão dos povos negros, ainda hoje essa população é discriminada, excluída, vista como forte para o trabalho braçal, mas perigosa e incapaz para o trabalho intelectual. Às mulheres negras, geralmente, são destinadas a lugares de trabalho como domésticas, como



“serviçais”, além de serem tratadas como sexualmente mais “quentes”, refletindo em muita violência e estupros.

É necessário compreender que a sociedade é estruturada com base no capitalismo, no patriarcado e no racismo, utilizando-se das desigualdades estruturais para manter o lucro. Não é por acaso que as mulheres ainda recebem menos fazendo o mesmo trabalho que os homens; e que as mulheres negras ganhem ainda menos do que as mulheres brancas e os homens negros. Esse processo histórico tem reforçado e reproduzido desigualdades sociais e econômicas há séculos, sempre mantendo a população negra como a mais pobre, a que tem maior dificuldade de ter maior escolaridade e de alcançar melhores cargos de trabalho. A falta de acesso à terra e aos meios de produção desde a formalização da “abolição” dos/as escravos/as, que não incluiu, de fato, a população negra, se reflete na pobreza que é ainda mais dura para as mulheres negras.

Para nós, no entanto, as mulheres negras e quilombolas são exemplos de resistência e força nas batalhas cotidianas de lutar contra as opressões, especialmente o machismo e o racismo, pela preservação cultural e identitária, de valorização da ancestralidade e das religiosidades e por melhor qualidade de vida. Ao mesmo tempo, elas são fundamentais como guardiãs da sociobiodiversidade e na produção de alimentos saudáveis, gerando renda e segurança alimentar e nutricional para o bem viver.



Foto: Maria Rosalina dos Santos/ Representante da Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Piauí/CECOQ-PI

O que significa ser mulher no semiárido do Nordeste?

Viver no semiárido no Nordeste tem sido, ainda hoje, um desafio cotidiano, pois essa região sente os impactos das chuvas espaciais, e, mais do que isso, sofre com a falta de políticas públicas para convivência com esse bioma. Com a responsabilização das mulheres pelo trabalho doméstico e de cuidados, recai sobre elas, por exemplo, o trabalho de gestão das águas, que, no semiárido, ficou marcado pelo símbolo da mulher com a lata d'água na cabeça. Mesmo com uma série de políticas públicas implementadas pelo governo federal entre os anos de 2003 e 2015, ainda hoje as mulheres rurais enfrentam a falta do reconhecimento do seu trabalho, o isolamento e o limite do acesso a políticas como educação, saúde, apoio à produção, comercialização.

E VAI SER SEMPRE ASSIM?

NÃO! PODEMOS CONSTRUIR UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA E IGUALITÁRIA PARA TODO MUNDO!

PARA ISSO, É MUITO IMPORTANTE OUVIR AS MULHERES, ESPECIALMENTE AS JOVENS E NEGRAS, AINDA TÃO CALADAS!

APOIAR A LUTA DAS MULHERES E O FEMINISMO TAMBÉM É UMA FORMA DE MUDAR A REALIDADE DE DESIGUALDADE DE GÊNERO E VIOLÊNCIA QUE VIVEMOS!

A luta feminista é apenas das mulheres brancas, urbanas e das universidades?

Diferente do que muitas pessoas pensam, a luta feminista não é apenas uma luta das mulheres das cidades e de mulheres brancas que estão nas universidades.



As mulheres trabalhadoras rurais e camponesas têm em todo o mundo, e também no Brasil, uma longa história de organização e reivindicação por uma sociedade mais justa, igualitária, com acesso a políticas públicas e a direitos para viver com qualidade.

Um exemplo muito significativo é a Marcha das Margaridas, que, desde 2000, organiza, articula, mobiliza e elabora propostas para os Governos, em busca de reconhecimento das mulheres como sujeitos de direitos, como trabalhadoras rurais, e cobrando por ações que garantam para todas e todos vida com soberania popular, democracia, justiça, igualdade e livre de violência, como diz o seu tema de 2019. A Marcha recebe esse nome em homenagem à Margarida Maria Alves, que foi uma importante liderança sindical do município de Alagoa Grande (PB), assassinada na frente de seus filhos por latifundiários locais que não admitiam a força dessa mulher na luta que ela vinha travando em defesa dos trabalhadores e por melhores condições de trabalho nos canaviais do sertão paraibano.



A Marcha das Margaridas é organizada pelas trabalhadoras do movimento sindical rural na Confederação Nacional dos Trabalhadores Agricultoras e Agricultores Familiares (Contag), em parceria com diversos movimentos feministas, ambientalistas, sindicais, agroecológicos, as Margaridas do campo, das águas e das florestas.

E a luta das Margaridas pode ser considerada feminista?

Se considerarmos que as Margaridas, em sua busca histórica por desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade de vida no meio rural, sempre brigando pelo reconhecimento como mulheres trabalhadoras, mostrando que são capazes de realizar qualquer trabalho e de se organizar em diferentes espaços políticos, além de gritar em todos os cantos por um mundo com igualdade, liberdade, autonomia, justiça e que é possível e necessário ser sem violência, é afirmativo que elas são, sim, parte da luta feminista.

As margaridas defendem a agroecologia e a luta feminista

As mulheres vêm compreendendo e construindo a agroecologia como um modo de produzir, relacionar-se com o trabalho da agricultura, a vida e as pessoas no campo. Como ciência, movimento e prática, a agroecologia destaca a importância da produção de alimentos saudáveis, sem agrotóxicos, sem transgênicos, sem insumos químicos, mas, sim, com o respeito à diversidade de tradições, culturas e saberes, preocupadas com a proteção da sociobiodiversidade, do patrimônio genético e dos bens comuns. Para elas, essa perspectiva precisa ter como base a sustentabilidade humana, social e ambiental, ao considerar e pautar a necessidade da construção de relações respeitadas e igualitárias entre homens, mulheres, jovens, idosas/os e destas/es com a natureza. Protagonistas das práticas agroecológicas e guardiãs da biodiversidade, das sementes e dos saberes, as mulheres afirmam que:

SEM FEMINISMO, NÃO HÁ AGROECOLOGIA!

COM RACISMO, NÃO HÁ AGROECOLOGIA!

COM LGBTFOBIA, NÃO HÁ AGROECOLOGIA!



QUE AÇÕES SÃO ESTRATÉGICAS PARA FORTALECER A LUTA DAS MULHERES DO CAMPO E DO SEMIÁRIDO?

COMO É POSSÍVEL CONTRIBUIR PARA A VIDA SEM VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES DO CAMPO?

1) Apoiar e fortalecer espaços específicos de organização das mulheres do campo, em toda sua diversidade

Um dos caminhos que as mulheres em sua luta feminista têm destacado como muito importante é a criação e a organização de espaços nos quais elas possam se encontrar, trocar vivências, conversar, se apoiar e, assim, sair de lá mais fortalecidas. Esses lugares e trocas de experiências entre as próprias mulheres são importantes para que elas se reconhecem uma na outra e saibam que suas dores e conquistas não são individuais, são coletivas, de todas. Um lugar onde não pretendem excluir ninguém, mas possibilitar que elas, que costumam estar sempre cuidando das outras pessoas, possam pensar e cuidar delas mesmas, com o apoio de outras que vivem realidades muito semelhantes. Eles podem ser formais, como as associações de mulheres, ou informais, como os grupos de mulheres. Nos assentamentos e nas comunidades rurais, já temos muitos exemplos de grupos bem organizados e mulheres animadas e com laços de solidariedade revigorados.

Que tal criarmos um grupo de mulheres aí na sua comunidade?

2) Fortalecer a organização social e política das mulheres rurais

Outro caminho que tem sido trilhado é a busca por maior participação social e política das mulheres no mundo público, ainda visto por muitos/as como um lugar de homens. A cada dia, vemos mais mulheres integrando a diretoria das associações comunitárias, dos sindicatos e das cooperativas, mostrando que são capazes



de dar importantes contribuições nos diferentes cargos que ocupam. Antes, as mulheres estavam apenas nas secretarias ou como suplentes desses espaços de representação social e política, mas hoje estão cada vez mais ocupando também lugares de mais poder de decisão. É preciso incentivar, com atenção especial, a participação das mulheres negras e jovens.

Como é na sua comunidade? Já teve alguma mulher na presidência da associação ou do sindicato do seu município?

Ainda hoje, a quantidade de mulheres vereadoras, prefeitas ou deputadas é muito pequena, mas essa realidade pode e deve ser mudada.

Que tal pesquisar sobre mulheres que serão candidatas no seu município? Vamos apoiar o aumento das mulheres na política?

Nas próximas eleições, veja quem são aquelas mulheres que apoiam a luta da agricultura familiar e dê seu voto de confiança nelas! ;)

Ah, as mulheres jovens e negras têm ainda mais dificuldade de estar em espaços de representação. Vamos fortalecê-las?



3) Lutar e contribuir com a construção de políticas específicas para as mulheres do campo

O Estado, através dos governos federal, estaduais e municipais, têm papel fundamental de contribuir para o fim das desigualdades sociais de gênero, raça, etnia, classe. Por meio de políticas públicas inclusivas, que olhem e direcionem suas ações para os sujeitos historicamente excluídos da sociedade, é possível criar estratégias, programas, projetos e ações que: apoiem a geração de renda e a autonomia para as mulheres; apoiem a prevenção e a proteção de mulheres em situação de violência; estimulem a participação cidadã das mulheres em espaços de construção de políticas públicas; potencializem o trabalho das mulheres negras, jovens, pobres, rurais, que precisam ainda mais de ações específicas.

Você conhece algum comitê que discuta políticas públicas para mulheres?

Participa de algum conselho?

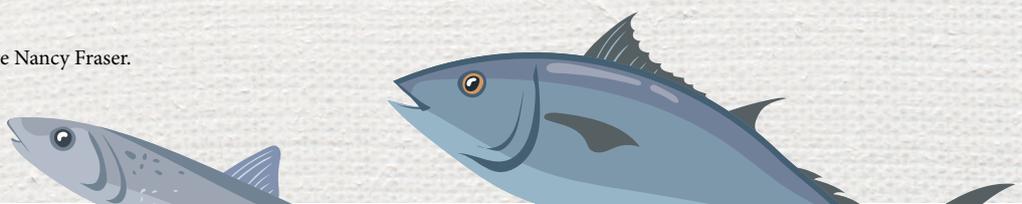
Que tal se informar sobre como se dá a construção de políticas para as mulheres no seu município?

4) Apoiar a luta dos movimentos de mulheres e feministas

Também é relevante apoiar a luta e a organização dos movimentos de mulheres e feministas, pois eles vêm acumulando força coletiva tanto para pressionar os Governos – Federal, Estaduais e Municipais – por políticas públicas inclusivas, quanto para dialogar com a sociedade, por meio de manifestações, mobilizações, campanhas, formações sobre a cultura machista, contra as diferentes formas de violência, fazendo com que as pessoas pensem em suas ações cotidianas e reflitam sobre como têm visto e tratado as mulheres. Busque conhecer também as organizações das mulheres negras, quilombolas e indígenas e como é possível fortalecê-las. Lutar por transformações sociais para a construção de uma sociedade mais justa, que dê respostas às demandas redistributivas, por reconhecimento e representação¹² das mulheres, só será possível por meio da união coletiva.

12

Ver teoria de Nancy Fraser.



Você faz parte de algum movimento de mulheres ou feminista? Você conhece algum movimento que se organiza na sua cidade? Que tal conhecer um pouco mais?

5) Fortalecer a organização produtiva das mulheres do campo

Para reduzir as desigualdades de gênero, também é fundamental dar visibilidade e valorização ao trabalho produtivo e reprodutivo realizado pelas mulheres do campo; potencializar sua produção para autoconsumo e geração de renda, mostrando sua grande contribuição para economia; questionar a divisão sexual do trabalho e apoiar processos de divisão justa do trabalho doméstico e de cuidados; pensar ações direcionadas às mulheres negras, quilombolas, indígenas e jovens, em suas especificidades e a partir de seus anseios, das suas necessidades e de seus trabalhos também é preciso. Todas essas questões têm sido debatidas pelos movimentos feministas que têm pressionado os Governos – Federal, Estaduais e Municipais – por ações estruturantes e políticas específicas que apoiem a organização produtiva das mulheres, gerando autonomia social e econômica e, conseqüentemente, mais liberdade e menos violência. Uma das políticas estratégicas é a de assistência técnica e extensão rural, que tem o papel de, a partir da realidade local e das mulheres, articular e apoiar o acesso a uma série de outras políticas, como as de crédito, de apoio à comercialização – em feiras, no comércio local ou nas compras institucionais – Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – de acesso a terra, água, luz, estradas, entre outras.



Os quintais agroecológicos são muito importantes para a vida das mulheres e para toda a comunidade. Geralmente, eles são os espaços onde as mulheres têm autonomia para decidir como e onde plantar, gerando soberania à segurança alimentar. Os quintais costumam ser nos arredores das casas e contam com uma grande diversidade de plantas, sementes, mudas, pequenos animais, plantas medicinais, fruteiras, hortas, flores. Além de lindos, coloridos e diversos, acolhem encontros e contribuem, por meio do trabalho das mulheres, para o autoconsumo, a produção, o beneficiamento e a comercialização de alimentos saudáveis.

Vamos valorizar o trabalho das mulheres no campo e dar visibilidade aos quintais agroecológicos?

As Cadernetas Agroecológicas

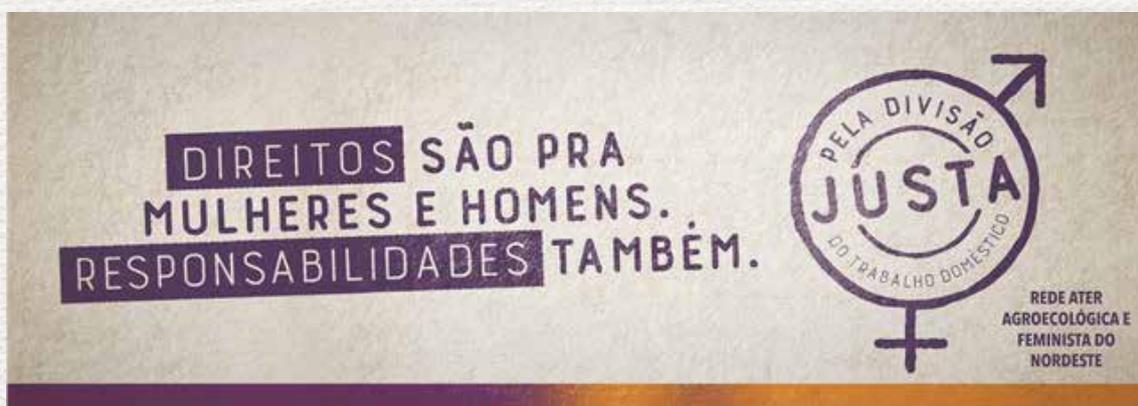
A Caderneta Agroecológica é um instrumento político pedagógico criado pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA/ZM) para dar visibilidade ao trabalho realizado pelas mulheres. Trata-se de uma tabela com quatro colunas, na qual as agricultoras anotam diariamente tudo o que é consumido, doado, trocado e vendido. A Caderneta registra e quantifica a produção das mulheres dos espaços onde elas têm o poder de gestão, principalmente nos quintais agroecológicos, assim como tudo aquilo que é considerado importante e é realizado por elas. Em parceria com o Semear, cerca de 130 mulheres beneficiárias do Projeto Viva o Semiárido participaram do trabalho com as Cadernetas Agroecológicas, comprometendo-se a realizar as anotações durante um ano (de setembro de 2019 a agosto de 2020). Acompanhadas pela assistência técnica do Emater, da Cootapi e da Emplanta, essa ação tem mostrado a diversidade e a qualidade de produção de alimentos saudáveis dos quintais produtivos das mulheres, assim como a grande contribuição que o trabalho delas tem para a renda familiar e a economia local.





As mulheres andam sobrecarregadas por terem que dar conta de tanto trabalho sozinhas. Vamos fazer uma divisão justa do trabalho doméstico, aí? Assim, sobra mais tempo para todos descansarem, se divertirem e ficarem juntas/os, né?

Conheça a campanha pela justa divisão do trabalho doméstico



Busque a página da Campanha no Facebook

As entidades e organizações governamentais podem fazer a sua parte

COMO AÇÕES DE PROJETOS E PROGRAMAS, ASSIM COMO AS ASSESSORIAS TÉCNICAS, PODEM CONTRIBUIR PARA A CONSTRUÇÃO DE RELAÇÕES DE GÊNERO MAIS JUSTAS E IGUALITÁRIAS NO CAMPO?

- A) Contribuição para autonomia econômica, social e política: O trabalho precisa buscar contribuir para que as mulheres saiam de situações de dependência, especialmente econômica, mas também social e política. Para isso, é fundamental não apenas valorizar, visibilizar e potencializar o trabalho produtivo que as mulheres já desenvolvem, por exemplo, nos quintais produtivos, mas abrir novos horizontes para trabalhos que elas podem vir a realizar.
- B) Estimulo à divisão justa do trabalho doméstico: Para que seja possível a autonomia e para que não haja ainda maior sobrecarga de trabalho para as mulheres, é fundamental que as ações mostrem a necessidade de que o trabalho doméstico e de cuidados seja compartilhado por todos os membros da família, não sendo apenas de responsabilidade das mulheres.
- C) Enfrentamento à violência contra as mulheres: as ações precisam se posicionar no sentido de enfrentar todas as formas de violência contra

as mulheres, não apenas a física, mas a psicológica, a patrimonial, a institucional. Violências não podem ser aceitas em nenhum âmbito e precisam ter atitudes tanto de proteção quanto de prevenção. Consideramos que fortalecer a autonomia econômica das mulheres é uma forma de apoiá-las para que elas consigam sair do ciclo da violência, tão difícil de ser rompido.

D) Apoio a processos de auto-organização das mulheres: É necessário compreender que os espaços de auto-organização das mulheres, ou seja, grupos e reuniões específicas geram espaço de confiança e solidariedade que contribuem para que elas se sintam mais à vontade para compartilhar situações de violência e opressão que têm vivido, assim como criar estratégias coletivas de enfrentamento a essas realidades. Para que essa ação afirmativa seja possível, é fundamental que haja mulheres técnicas nas equipes.

E) Fortalecimento do protagonismo das mulheres em espaços mistos: Ter espaços específicos contribui ainda para fortalecer as mulheres para sua intervenção em espaços mistos, com homens e mulheres. O trabalho precisa construir táticas para que as mulheres tenham voz e suas opiniões sejam consideradas em espaços mistos, assim como possam surgir lideranças femininas que também assumam espaços representativos.

F) Linguagem inclusiva de gênero: É importante que os documentos



produzidos pelas organizações e entidades considerem a linguagem inclusiva de gênero, ou seja, explicitem, por meio da escrita, que existem agricultoras e agricultores, beneficiárias e beneficiários em seu público. Essa é uma forma, entre tantas outras, de dar visibilidade às mulheres nas ações do projeto, programa ou política.

G) Formação em gênero, raça/etnia e geração para as equipes: Para que as estratégias de gênero, raça/etnia e geração possam ser compreendidas e incorporadas pelas equipes técnicas, é necessário realizar processos continuados de formação, sensibilizando e tirando dúvidas sobre como mudar práticas no cotidiano da vida e do trabalho para incluir e valorizar as mulheres.

H) Potencializar a participação das mulheres nos espaços mistos. Ao considerar que a maioria das atividades e dos grupos é composta por mulheres e homens, e que as mulheres historicamente têm sido limitadas ao espaço da casa, é preciso que as equipes criem táticas para que elas se sintam à vontade para falar e que recebam apoio para se colocar em espaços públicos. Incluir experiências de mulheres em debates ou sempre indicar mulheres para representação dos grupos são formas de fortalecê-las. É preciso atenção para como agir, pois não pode ser apenas uma imposição a elas.





- I) Ter acompanhamento que considere a realidade específica dos povos e das comunidades tradicionais, quilombolas ou indígenas. Nos projetos e nas ações realizados com povos e comunidades tradicionais, quilombolas ou indígenas é central conhecer a história, as tradições, os/as antepassados/as, as culturas e religiosidades locais para pensar estratégias específicas com vistas à realização do trabalho e dialogar com as pessoas a partir de suas formas de ver e de pensar o mundo. Priorizar um trabalho e não outro, focar na visibilização das culturas, artes e histórias locais, muitas vezes, é um caminho necessário para o fortalecimento dos povos e a melhoria da qualidade de suas vidas.
- J) Realizar ações contra o racismo e todas as discriminações étnico-raciais. Construir uma sociedade sem racismo e sem nenhum tipo de discriminação por causa da cor da pele ou da sua cultura deve ser papel de toda a sociedade. A partir dos projetos, programas e ações, é fundamental que as intervenções cotidianas e estratégias sejam feitas para contribuir para a reflexão sobre as causas dos preconceitos e a necessária mudança de pensar e agir, sempre no sentido do respeito a todas as pessoas. Todas/os nós precisamos entender que o racismo é estrutural, que se reflete nas instituições e em seus processos, e que cada um/a de nós deve ter práticas antirracistas e para inclusão da população negra, historicamente excluída.
- K) Possibilitar espaços de debates sobre as diversas orientações sexuais e identidades de gênero. Ler mais, realizar mais capacitações e diálogos para compreender melhor sobre orientações sexuais e identidades de gênero é importante para que possamos repensar atitudes preconceituosas e tentar entender que não é preciso impor a ninguém o que eu desejo para mim.

Respeitar é a palavra-chave. Para isso, é preciso estar aberto/a para ouvir, para entender e ter empatia com as pessoas diferentes de nós. Imagina como deve ser sofrido passar a vida se escondendo, fingindo ser quem não é, vivendo a violência em todos os lugares? Isso não é o que queremos para nós, nem para ninguém, não é mesmo? Campanhas, cartilhas, debates, palestras, assim como políticas de inclusão social e produtivas para as pessoas socialmente excluídas é papel de todas as organizações governamentais, não governamentais e da sociedade civil.

E VOCÊ, COMO PODE CONTRIBUIR PARA A REALIDADE COM MAIS IGUALDADE, AUTONOMIA E SEM VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES?

COMO VOCÊ PODE APOIAR AS MULHERES NEGRAS, QUILOMBOLAS, JOVENS E TODAS AS PESSOAS QUE SE IDENTIFICAM COMO MULHERES?

JUNT@S, PODEMOS CONSTRUIR UM MUNDO COM JUSTIÇA, IGUALDADE, LIBERDADE, AUTONOMIA, SOLIDARIEDADE E SEM VIOLÊNCIA!



Referências

AMORÓS, Célia. *Tiempo de Feminismo. Sobre feminismo, proyecto ilustrado y postmodernidad*. Madrid: Ediciones Cátedra, 1997.

AMORÓS, Célia. *Feminismo, igualdad y diferencia*. México: PUEG/UNAM, 1994.

BACCI, Irina K. *Vozes lésbicas no Brasil: a busca e os sentidos da Cidadania LGBT*. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos). Universidade de Brasília, UnB, 2016.

CALAÇA, M. K. A. dos S.; CONTE, I. I.; CINELLI, C. (2018). *Feminismo camponês e popular: uma história de construções coletivas*. *Revista Brasileira De Educação Do Campo*, 3 (4), p. 1156-1183. Disponível em: <https://search.proquest.com/openview/b70204c8156eac3890762ec4f8b52793/1?pq-origsite=gscholar&cbl=4392949>. Acesso em: 18 mar 2021.

CARNEIRO, Sueli. *A mulher negra na sociedade brasileira: o papel do movimento feminista na luta anti-racista*. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2003.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América latina a partir de uma perspectiva de gênero*. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/> f. Acesso em: 15 fev. 2021.

CARRASCO, Cristina. *A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres*. In: FARIA, Nalu.; NOBRE, Miriam. (Org.). *A produção do viver: ensaios de economia feminista*. Coleção Cadernos Sempre Viva. Série Gênero, Políticas Públicas e Cidadania n. 7. São Paulo: SOF, 2003. p. 11-49.

COELHO, Caia. *Sexo: um paralelo crítico entre a trajetória de gênero e de cisgênero*. *Transadvocate Brasil*, 2017. Disponível em: Acesso em 20 jan. 2019.

COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment*. New York: Chapman and Hall, 1990.

COLLINS, Patricia Hill. *What's in a name? Womanism, Black Feminism, and Beyond*. *The Black Scholar*, vol. 26, n. 1, *The Challenge of Blackness*, Taylor & Francis, Ltd. Stable, 1996.

CRENSHAW, Kimberlè. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista de Estudos Feministas*, v. 7, n. 12, p. 171-88, 2002.

CURIEL, Ochy. La Crítica Poscolonial desde las Prácticas Políticas del Feminismo Antirracista”, en: *Colonialidad y Biopolítica en América Latina. Revista NOMADAS – Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos*, Bogotá, n. 26, 2007.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. Trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena (orgs.) *Dicionário Crítico do Feminismo*. Tradução de Francisco Ribeiro Silva Júnior. São Paulo: Editora Unesp, 2009. DE MIGUEL, Ana. Feminismos. In. AMORÓS, Celia (org.). *10 palavras claves sobre mujer*. Navarra: Ed. Verbo Divino, 1995.

DE MIGUEL, Ana. Feminismos. In. AMORÓS, Celia (org.). *10 palavras claves sobre mujer*. Navarra: Ed. Verbo Divino, 1995.

ECHOLS, Alice. *Daring to Be Bad – Radical Feminism in America 1967/1975*, Minneapolis, University of Minnesota Press. 2003.

FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. *Mediações – Revista de Ciências Sociais, Dossiê Contribuições do Pensamento Feminista para as Ciências Sociais*, Londrina, v. 14, n. 2, p. 11-33, julho/dez. 2009.

FERNANDES, Marisa. *O movimento das mulheres lésbicas feministas no Brasil*. *Revista Cult*, 2018.

GARGALLO, Francesca. *Feminismos desde Abya Yala: Ideas y proposiciones de las mujeres de 607 pueblos en nuestra América*. Ciudad de México: Editorial Corte y Confección, 2014. Disponível em: <http://francescagargallo.wordpress.com>. Acesso em: 05.05.2019.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Ciências Sociais Hoje*, vol.2, Brasília, Anpocs, pp.223-244, 1983.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de; CINTRÃO, Rosângela Pezza. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. *Revista NERA – ano 9, n. 8 – janeiro/junho de 2006*.

KERGOAT. Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: EMILIO, M.; TEIXEIRA, Marilene.; GODINHO, Tatau; NOBRE, Miriam. (orgs.).

Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas. São Paulo: Prefeitura Municipal São Paulo – Coordenadoria Especial da Mulher, p. 55-63, 2003.

LORDE AUDRE, Zami. A New Spelling of My Name. EUA: The Crossing Press, 1982.

LUGONES, María. Colonialidad y Género. Tabula Rasa, Bogotá, n. 9, 75-101, jul./dez., 2008.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. Estudos Feministas, Florianópolis, vol. 22, n.3, set./dez./2014.

MATOS, Marlise; PARADIS, Clarisse Goulard. Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro. Dossiê O Gênero da política: feminismos, Estado e eleições. Cadernos Pagu, vol.43, julho-dezembro de 2014.

MEZADRI, Adriana Maria; CIMA, Justina Inês; TABORDA, Noeli Walter (Org.). Feminismo camponês popular: reflexões a partir de experiências no Movimento de Mulheres Camponesas. Expressão Popular. 2021.

MMC. Feminismo Camponês e Popular. (2018). Disponível em: http://www.mmcbrazil.com.br/site/materiais/download/Cartilha_feminismo_campones_popular-2018.pdf. Acesso em: 20 fev. 2021.

NASCIMENTO, Letícia Carolina. EU NÃO VOU MORRER. Revista Inter-Legere, v. 3, n. 28, p. c21581, 1 set. 2020.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo. Florianópolis: Editora UFSC, 2016.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. Que feminismo é esse que nasce na horta? Revista Política & Sociedade, Florianópolis, vol. 15, edição especial, 2016.

PAREDES, Julieta. Hilando Fino: desde el feminismo comunitario. La Paz: CEDEC, 2008.

----- GUZMÁN, Adriana A. El tejido de la rebeldia: Qué es el feminismo comunitario? La Paz: Ed. Comunidad Mujeres Creando Comunidad. Moreno Artes Gráficas, 2014.

----- "Despatriarcalización". Una respuesta categórica del feminismo comunitario (descolonizando la vida). Revista de estudios bolivianos, (21), 100-115, 2015.

PINTO, Célia Regina Jardim. Uma história do feminismo no Brasil. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2003.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

RICH, Adrienne. La contrainte à l'hétérosexualité et l'existence lesbienne. In: Nouvelles Questions Féministes, Paris, Tierce, n.1, p.15-43, mar. 1981.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Recife: SOS Corpo, 1995.

SEIBERT, Iridiani. RODRIGUES, Sandra. (2017). Aproximação teórica entre o feminismo camponês e popular e o marxismo latino-americano. In: SINGA, Curitiba. Anais do SINGA. Disponível em: https://singa2017.files.wordpress.com/2017/12/gt04_aproximac3a7c3a3o-tec3b3rica-entre-o-feminismo-camponc3aas-e-popular-e-o-marxismo-latino-americano-1.pdf. Acesso em: 20 fev. 2021.

TÁBOAS, Ísis Menezes. É luta! Feminismo Camponês Popular e enfrentamento à violência. Rio de Janeiro: Lumun Juris, 2018.

WITTIG Monique. On ne naît pas femme. Questions féministes, v. 8, 1980, p. 75-84 [Republicado em francês: in WITTIG Monique, La Pensée straight, Paris, Balland, 2001.

VERGUEIRO, V. Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. In: MESSEDER, S., CASTRO, M.G., and MOUTINHO, L., orgs. Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 249-270.

WALBY, Silvia. Theorizing patriarchy. Oxford, B rasil B lackw ellW EB ER, Max. (2009), Econom ia e Sociedade, v.1. Brasília, UnB, 1990.

O Projeto Viva o Semiárido (PVSA), ao oportunizar condições efetivas que fomentam as capacidades organizativas – de inclusão produtiva, geração de trabalho e renda, acesso a mercados, qualificação para o trabalho, educação e empoderamento de grupos produtivos em consolidação e grupos sociais historicamente excluídos do processo de desenvolvimento e do acesso a políticas públicas, como mulheres, jovens e quilombolas – contribui efetivamente para a mudança da realidade rural piauiense, com melhoria da qualidade de vida do público atendido pelo Projeto, ao tempo em que qualifica e difunde estratégias e soluções para a convivência com o Semiárido.

O registro das estratégias e ações executadas pelo Projeto, materializadas na série de publicações que compõe o segmento de Gestão do Conhecimento, visa documentar as iniciativas exitosas e as lições apreendidas a partir da ação do Governo do Piauí em parceria com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e com o apoio técnico do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). De igual modo, as publicações documentam o legado do PVSA, na perspectiva de orientar a implementação de novos projetos.

O Governo do Piauí, por meio das ações da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF), reitera seu compromisso para com as populações rurais, acreditando na força de transformação dos grupos camponeses e de suas organizações representativas, quando lhes são dadas oportunidades de assumirem o protagonismo de transformar suas realidades, como é o PVSA. A SAF continuará cumprindo sua missão de apoio e fortalecimento da Agricultura Familiar e suas organizações, estimulando a produção de alimentos limpos, saudáveis e nutritivos, dinamizando e fortalecendo as economias locais.

